

APROVADO POR UNANIMIDADE |
Em\_ 15 0 1 / 2016

## Câmara Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI Nº. 03/2016

CAMARA MUNICIPAL

Secretaria

Protocolado Sob Nº 06

Em 12 de ja neuro de 20 16

As 16: 45 hs. Ass: Sil mer

Concede recomposição aos subsídios dos Vereadores da legislatura de 2013 a 2016, para o ano de 2016.

- Art. 1º Fica concedida recomposição aos subsídios dos Vereadores da legislatura de 2013 a 2016, para o ano de 2016, no importe de 11,28% (onze vírgula vinte e oito por cento), relativo ao INPC do ano de 2015, atendendo ao disposto no Artigo 4º da Lei nº. 2.506/2012.
- Art. 2º Em virtude do disposto no Art. 1º, o valor do subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Castro, fica fixado em parcela única de R\$ 6.628,46 (seis mil, seiscentos e vinte e oito reais e quareta e seis centavos).

Parágrafo único. O Presidente da Câmara Municipal, perceberá, enquanto estiver neste cargo, o subsídio de R\$ 6.907,56 (seis mil, novecentos e sete reais e cinqüenta e seis centavos).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Castro, em 12 de janeiro de 2.016.

Thet I ren

JOSÉ OTAVIO LUIZ CERAR PAULO COSAN

GERSON

ANTONIO SIRLE

DER CULLANIO

REGIANE.



## Câmara Municipal de Castro

## ESTADO DO PARANÁ

## JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a previsão, na Lei nº. 2.506/2012, de que os subsídios dos Vereadores podem ser reajustados desde que os vencimentos dos servidores municipais também tenham sofrido reajuste, utilizado, sempre, o mesmo índice, entendemos por bem apresentar o presente pedido de concessão de reajuste das perdas salariais, utilizando-se do INPC relativo ao período de janeiro a dezembro de 2015, o que equivale a 11,28%, conforme dados obtidos junto ao IBGE e Decreto nº. 005/2016 do Poder Executivo.

Ainda, conforme impacto orçamentário-financeiro, o reajuste pode ser concedido, pois as despesas com folha de pessoal encontram-se dentro dos limites legalmente estabelecidos.

Esse projeto atende aos requisitos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mais precisamente o Provimento nº. 56/2005.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Castro, em 12 de janeiro de 2.016.

A

Force fund

fif:

Jum